

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO -
DACEX

MARCOS SOKULSKI

EM BUSCA DA TERRA PROMETIDA: RACISMO CIENTÍFICO NA
OBRA CANAÃ DE GRAÇA ARANHA

CURITIBA

2012
MARCOS SOKULSKI

EM BUSCA DA TERRA PROMETIDA: RACISMO CIENTÍFICO NA
OBRA CANAÃ DE GRAÇA ARANHA

Monografia de
conclusão do VII curso
de Especialização em
Literatura Brasileira e
História Nacional, sob a
orientação da Prof^a. Dr^a.
Ana Maria Burmester.

CURITIBA

RESUMO

Com fim da monarquia brasileira, e o surgimento de uma nova elite, com ideais de modernização da sociedade, e tendo como carro chefe a industrialização e o plantio do café, as transformações sociais foram enormes no Brasil. O período de finais do século XIX e início do Século XX mostrou-se de grande instabilidade na política brasileira. Instabilidade que leva as elites surgidas a partir da década de 1870 a buscar meios para a sua legitimação e adaptação ao novo contexto, e estas passam pelos campos científicos, e inevitavelmente pelo saber científico construído no século XIX a respeito das raças, que por sua vez permeia o ideário de construção de uma identidade nacional.

De maneira que é possível observar nos intelectuais, neste caso em Graça Aranha, na obra *Canaã* publicada em 1902, que tem um caráter sociológico ao contrapor a cultura imigrante alemã e a nativa brasileira, as teorias racialistas advindas da Europa, mas com uma releitura das elites brasileiras a fim de legitimação do seu recém conquistado status, tal processo será identificado na literatura, sendo este um meio de divulgação dos ideais da elite de maior alcance.

INTRODUÇÃO

Grandes transformações ocorrem na sociedade brasileira do século XIX e início do XX, com a mudança do regime político e novas diretrizes para a identidade nacional. Para tal período, o que se pretende focalizar nesta pesquisa é de que maneira as teorias acerca da evolução humana, surgidas na Europa do século XIX, impactaram no Brasil, ou melhor dizendo, de que maneira as elites utilizaram tais idéias de cunho racial para sua legitimação e para um projeto nacional. Para tanto, é necessário focalizar ainda mais o estudo, restringindo este para a literatura produzida no país neste período, o que ainda deixa o estudo muito amplo. Assim, pretendendo destacar alguns aspectos dessa sociedade que vem se moldando no Brasil, o estudo estará restrito a um autor brasileiro: Graça Aranha, restringindo ainda mais a somente uma obra sua: *Canaã*, que relata a situação de imigrantes alemães em terras brasileiras, e que de certa forma demonstra, ou pode demonstrar em um exercício de reflexão, o contexto da imigração européia para o Brasil, e, sobretudo, o pensamento das elites sobre tal processo, tendo em vista que as elites divergiam a respeito dos rumos que o país deveria tomar.

Tais elites, recém-formadas, buscam legitimação do seu *status* nos centros de produção do conhecimento, tendo a ciência papel fundamental neste contexto, já que, desde o período Imperial, o Brasil buscava se destacar quanto ao incentivo às ciências, projeto levado a cabo pelo Imperador D. Pedro II, notório tanto por sua erudição quanto por seu grande incentivo ao desenvolvimento do conhecimento. Além de ser a ciência neste período estudado, uma forma de credibilidade quase inquestionável.

O pontapé inicial foi dado no Império, mas no período seguinte é possível notar a formação de diversos centros de estudo em diferentes regiões, que por sua vez possuíam suas funções, entenda-se, legitimar a elite local, reproduzir os ideais da elite que compõem a intelectualidade de determinado local.

Não raro ocorrem rixas entre instituições, que nada mais são que a busca de uma legitimidade, de uma preponderância em relação às demais instituições. Reproduzindo a forma de pensar de um determinado nicho, no caso estudado, a Faculdade de Direito de Recife, onde formou-se Graça Aranha, e de onde são retransmitidos os ideários para o resto do país através da sua literatura.

CANAÃ: A TERRA PROMETIDA.

“Disse o Senhor a Moisés: Dá ordem aos filhos de Israel e dize-lhes: Quando entrardes na terra de Canaã, será essa que vos cairá em herança¹.”

“Havia fumo em todas as chaminés, mulheres em suas ocupações domésticas, animais e crianças debaixo das arvores, homens metidos na sobre fresca dos cafezais que rodeavam as habitações. E os dois imigrantes, no silêncio dos caminhos, unidos enfim numa mesma comunhão de esperança e admiração, puseram-se a louvar a Terra de Canaã”²

“Maldito seja Canaã; seja servo dos servos a seus irmãos”³

Significativo é o título da obra de Graça Aranha, ao referir-se ao Brasil como a terra prometida aos imigrantes europeus, no caso do romance, a imigração alemã para Cachoeiro no Espírito Santo. A terra prometida por Deus ao seu povo desde o período de Abraão no Antigo Testamento da Bíblia, local para o onde Moisés guiou seu povo, assim como os alemães habitaram várias regiões do Brasil a partir do século XIX, vindos do além mar em busca de prosperidade em terras tupiniquins.

O incentivo do governo brasileiro para a imigração europeia foi uma política do governo brasileiro para trazer mão-de-obra em substituição aos escravos que iam rareando mesmo antes da abolição da escravidão, além do projeto de branqueamento da população mestiça brasileira. Tal população é referida com desqualificação dos descendentes de africanos como trabalhadores, atribuindo-lhes rótulos de vadiagem e inadequação ao trabalho – irônica situação, se pensarmos na larga utilização de africanos como mão-de-obra desde os tempos da Colônia. Tal comportamento é reflexo da vulgarização do darwinismo social e seus desdobramentos, surgidos na Europa do século XIX.

Adentrando ao romance de Graça Aranha, a terra prometida observada por Lentz e Milkau, imigrantes alemães em Cachoeiro, em muito não demonstra a

¹ Bíblia Sagrada, Números 34; 1-2. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 1993. pp. 162.

² ARANHA, Graça. Canaã. Pág. 52-23.

³ Bíblia Sagrada, Gênesis 9:25. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 1993. pp. 10.

propaganda realizada aos imigrantes europeus a respeito do Brasil, retratado como terra prometida para incentivar a vinda de uma população branca em meio à população miscigenada existente, retratada como inapta, atrasada para a construção de uma civilização conforme a crença das elites do período retratado.

Neste contexto em que o café se transforma no principal produto de exportação brasileiro, há uma aceleração na substituição do trabalho escravo pelo livre, dentro de uma lógica capitalista que vem sendo desenvolvida no Brasil de então; pode-se pensar a abolição da escravidão como um aspecto do avanço do regime capitalista, uma vez que a elite cafeeira está associada à modernização, por estar mais adaptada ao processo. Sem descartar é claro as concepções racialista imbricadas neste processo.

Mas, no Gênesis, “Canaã”, que dá nome a obra analisada, também indica “servidão”; a maldição de Noé foi utilizada, no decorrer da história, como justificativa à escravidão africana, podendo significar o local habitado pelos servos, ou como melhor convém a esta pesquisa, local onde habita uma raça inferior, que necessita ser civilizada. Aos habitantes do Velho Continente cabe a “missão sagrada” de levar os povos atrasados a civilização.

INSTABILIDADE NA TERRA PROMETIDA

Neste período analisado, em âmbito político ocorre uma descentralização do poder, levando a uma ruptura com o regime monárquico; essa descentralização é um rearranjo social, mas não se trata de maneira alguma de uma democratização.

Multiplicando-se em ritmo acelerado, todas essas transformações causam problemas sociais, como os levantes regionais, já bem explorados na historiografia, como a Cabanagem, a Sabinada, a Balaiada, Canudos. Tais movimentos possuem características de transformação, com linguagem religiosa e apocalíptica, produzidas por uma modernização forçada, em que se perdem valores culturais (sentimentos de pertencimento), agravada por uma situação econômica de pobreza devido à centralização provocada pelo café. Assim, tais movimentos buscavam uma

modificação completa e radical no mundo⁴, demonstrando que tal processo de modernização, associada as mudanças políticas tiveram grande impacto sobre a população, que em casos extremos rebelaram-se contra o governo brasileiro sob diversos pretextos.

Com estes aspectos em mente o que se pretende ressaltar nesse contexto é a ação das elites brasileiras para a formação de uma identidade nacional, e a sua visão de progresso, uma vez que a modernidade está introjetada nos setores mais dinâmicos da sociedade e da economia brasileira: o café e a indústria incipiente.

Conforme Nicolau Sevecenko, no período estudado o Brasil atravessa uma “modernização forçada”, que tem início na década de 70 do século XIX, em um contexto de desestabilização institucional, com a proposta da abolição da monarquia e com o surgimento de uma nova elite, de jovens intelectuais, artistas, políticos e militares comprometidos com uma plataforma de modernização e de atualização das estruturas. O termo utilizado por Sevecenko já demonstra que tal processo não ocorre sem questionamentos e sem danos a sociedade brasileira.

Tendo como inspiração o darwinismo social, o monismo e o positivismo, essa elite estava centrada em uma economia liberal que, aberta ao mercado externo, que motivou a penetração, no Brasil, de capital estrangeiro, sobretudo inglês e norte-americano, levando a uma fraude especulatória que desembocou na política do Encilhamento⁵.

Com a modernização da economia; a chamada “Segunda Revolução Industrial”; a expansão da cultura do café (principal produto na pauta de exportações do país); o movimento de urbanização; e o remodelamento das cidades, as transformações ocorridas no país a partir da década de 1870, influenciam e foram levadas a cabo por uma nova elite que se consolidava no poder diante de um instável quadro político brasileiro. Buscou-se uma nova identidade nacional, através de uma ideologia formulada com grandes influências de teorias advindas da Europa, mas

⁴ Para maiores informações acerca dos movimentos milenaristas, ver HOBBSAWM, E. J.. Milenarismo, In: LAZZARETTI, Rebeldes primitivos. Estudos de formas arcaicas de movimentos sociais nos séculos XIX e XX.

⁵ SEVECENKO, Nicolau. O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. In.: SEVECENKO, Nicolau (org.) História da vida privada no Brasil, vol. 3, pp14-15.

repensadas no contexto brasileiro, tendo uma função social, que retratasse os anseios dessa ascendente elite em formação, além de promover a sua legitimidade.

Desde o período Imperial existiu uma busca de uma identidade nacional; grande símbolo disto foi a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), e por conseguinte, os Institutos Históricos e Geográficos regionais, que seguiam a receita do Instituto Nacional, mas que também estavam carregados de interesses locais, como o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo que,

“fruto dos primeiros anos da República (...) buscava no ‘destemido aventureiro’, em um evento remoto, legitimação para uma ordem próxima. Na defesa do branqueamento racial e na seleção do bandeirante como tipo local [tinha como pretensão] a estabilidade de uma origem comum e digna, de um passado glorioso para essa elite recente”⁶.

Com este exemplo é possível observar o papel que o conhecimento desempenhava: a legitimação da elite ascendente e a imposição de seu modo de ver o mundo. Conhecimento que atravessava vários âmbitos, criando novas disciplinas e contagiando as já existentes, exemplo disto é o surgimento da antropologia, que nasce com o intuito de justificar as diferenças raciais presumidas em fins do século XIX e início do XX. E o romance, que é objeto de estudo desta pesquisa, não escapou a esta tendência do período: por fazerem parte dessa elite, os romancistas partilhavam dos mesmos ideais, como será possível identificar em Graça Aranha.

⁶ SCHWARCZ, Lilia Moritz. O espetáculo das Raças: Cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. pp 133.

GRAÇA ARANHA E O RECIFE

José Pereira da Graça Aranha nasceu em 1868 no estado do Maranhão, em inícios do processo de modernização brasileira e do surgimento da nova elite. Formado em Direito na Faculdade de Recife, exerceu magistratura no interior do Espírito Santo, experiência que lhe rendeu a obra *Canaã* – objeto de estudo da presente pesquisa – publicada em 1902 e atingiu grande sucesso editorial. Graça Aranha participou da Semana de Arte Moderna, proferindo a conferência: “A emoção estética na arte moderna”, e é considerado como um dos líderes do movimento renovador da literatura brasileira.

Em 1824 desligou-se da Academia Brasileira de Letras. Na França publicou o drama *Malazarte* em 1911, retornando ao Brasil após a Primeira Guerra Mundial, e veio a falecer no Rio de Janeiro no início do ano de 1931⁷. A visão de Graça Aranha a respeito corresponde há um “*conceito linear de progresso em voga no Monismo evolucionista do século XIX, a que Graça Aranha se filiou desde os dias de acadêmico de Direito no Recife, onde foi discípulo e amigo de Tobias Barreto*”⁸. Demonstrando assim a sua filiação aos intelectuais de Recife, reunidos na Faculdade de Direito de Recife, que por ser uma província isolada na época tinha seus idéias importados de Portugal em seu início.

Inicialmente instalada em Olinda a Faculdade de Direito é transferida para Recife em 1854, porém:

“se a transferência não resultou em um aprimoramento nas instalações, o mesmo não se pode dizer da produção intelectual. É a partir deste momento que se percebe o surgimento de um novo grupo de intelectuais, cuja produção transporá os estreitos limites regionais”⁹

⁷ Informações biográficas retiradas de: <http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=595&sid=340> em 04/03/12.

⁸ PAES, Jose Paulo. *Canaã: o horizonte racial*. Estudos Avançados, vol 5, nº13, São Paulo, Sept./Dec. 1991, pp 165.

⁹ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*; São Paulo: Companhia das Letras, 1993. pp. 146-147.

Com esta mudança procurava-se também disciplinar e conter a desobediência que ocorria em Olinda, além de sucessivas propostas de mudança no currículo acadêmico. As sucessivas transformações fazem surgir uma nova concepção de direito, uma noção científica, estando esta disciplina aliada a biologia evolutiva, as ciências naturais e a antropologia física e determinista¹⁰, buscando assim distanciar-se das ciências humanas e aproximando-se das ciências naturais, encontrando leis e certezas. Assim os intelectuais advindos da Faculdade de Direito de Recife estavam “ ‘longe da metafísica’, ‘distantes do subjetivismo’, viviam esses intelectuais a certeza de estarem construindo não somente novas teorias, mas também uma nova nação’¹¹”.

Outra transformação importante com a mudança de Olinda para Recife foi a origem dos alunos, que agora surgiam predominantemente de uma classe média urbana que possuíam demasiada fé na ciência, e na função social desta. Em Olinda os alunos pertenciam em sua maioria a famílias tradicionais que estavam vinculadas a setores agrários.

Com este panorama esta elite formada em Recife assumia uma legitimidade que

“seja pela afirmação do direito, seja pela negação das demais disciplinas, o mais importante é que essa nova geração liderada por Tobias Barreto e, após os anos 70, por Silvio Romero, começava a se autodefinir como arauto de um novo tempo, como uma elite escolhida”¹²

Observando assim a elite formada em Recife, temos a noção de como as elites brasileiras se comportavam e como entendiam seu papel perante a sociedade. Em específico observamos o meio em que Graça Aranha se formou, e que ideais leva a cabo, conforme será possível observar em sua obra *Canaã*. Representante da elite levava os ideais de seu nicho intelectual quando da publicação de suas obras literárias que possuem um maior alcance, ultrapassando os meios acadêmicos.

¹⁰ Idem, pp 149.

¹¹ Idem. Pp 149-150.

¹² Idem pp 150.

**CANAÃ: O PARAÍSO DOS IMIGRANTES E PURGATÓRIO DOS
BRASILEIROS.**

Nos romances naturalistas a prova da erudição era a citação, assim “a ciência que informa e condiciona o enredo estava na boca das personagens, na fala dos protagonistas”¹³. Assim é possível identificar na fala de Milkau, protagonista do Romance Canaã, um elogio a imigração branca européia, medida esta aprovada pelos intelectuais da Escola de Direito de Recife. Na literatura é possível observar a veiculação dos ideais das elites intelectuais, que de outra forma ficariam restritas aos círculos acadêmicos. A literatura assim se aproximou e se subordinou a ciência, estando neste contexto regida pelos mesmos princípios¹⁴.

O Romance Canaã de Graça Aranha, publicado originalmente em 1902, retrata a saga de imigrantes alemães no Brasil, na região de Cachoeiro no Espírito Santo. O protagonista Milkau, natural de Heildelberg na Alemanha, de início é possível notar uma diferença no tratamento, conforme o personagem Roberto Schultz, dono do armazém da vila, que trata o recém chegado com indiferença, procurando até dissuadir Milkau de sua permanência em Cachoeiro, “talvez fosse melhor ir para o Rio ou São Paulo. Aí, sim, são os grandes centros de comércio, onde acharia um emprego com facilidade”¹⁵, a indiferença inicial é logo revertida em apreço, a partir do momento em que Milkau revela vir para estas terras dedicar-se ao plantio do café, e não demonstrar interesse no comércio. A conduta de Schultz se modifica completamente, “não há nada como a lavoura; vá para o mato, arranje a sua colônia e daqui a pouco estará rico. Olhe, a nossa casa está às suas ordens, nós lhe forneceremos tudo de que precisar, e, quando puder, vá nos mandando café”¹⁶.

Ao arrematar um lote de terra Milkau, acompanhado de Lentz espera ter encontrado a terra prometida, alcançar a prosperidade e riqueza de que fala Roberto Schultz.

¹³ Idem, pp 151.

¹⁴ Silvio Romero afirmou em *O naturalismo em literatura* que “a lei que rege a literatura é a mesma lei que dirige a história em geral: a evolução transformista”. E assim os intelectuais de Recife propunha encarar o país de forma científica.

¹⁵ ARANHA, Graça. Canaã. São Paulo: Editora Martin Claret; 2009. pp21.

¹⁶ Idem, pp. 22.

Outro aspecto a ser ressaltado no romance a respeito da comunidade alemã em Cachoeiro é da formação de um grupo, como afirma Chalhoub¹⁷ ao observar que rixas entre nacionalidades de imigrantes no Brasil, ressaltando que os brasileiros de cor são desqualificados socialmente, seu comportamento e retratado como degeneração advinda da mestiçagem, e a formação de grupos conforme nacionalidades, grupos que criam uma certa solidariedade. Os brasileiros do romance reclamam a respeito dos imigrantes, por estes utilizarem somente a sua língua materna, e não se darem ao trabalho de aprender a língua do país em que vieram estabelecer-se. Temos a língua alemã como algo que unifica os colonos, que lhes dá uma identidade em contraposição aos mestiços da terra brasileira.

MILKAU E LENTZ, UM DEBATE RACIALISTA

No diálogo entre Milkau e Lentz é possível identificar duas correntes do pensamento das elites brasileiras a respeito das raças presentes no país no período em questão. Milkau tece uma crítica a falta de definição ao conceito de raça, em diálogo com Lentz, afirma: “Um dos erros dos intérpretes da história está no preconceito aristocrático com que concebem a idéia de raça”¹⁸. Na continuidade do diálogo, ainda com a palavra Milkau afirma,

“o que eu vejo neste vasto panorama da história, para que me volto ansioso e interrogante, é a civilização deslocando-se sem interrupção, indo de grupo em grupo, através de todas as raças, numa fatal apresentação gradual de grandes trechos da terra, à sua luz e calor... Uns se vão iluminando, enquanto outros descem às trevas...”¹⁹.

A crítica a falta de uma definição de raça já demonstra a utilização livre do termo, podendo este ser moldado conforme a conveniência dos utilizadores, tal como ocorria entre os intelectuais brasileiros. E mesmo não tão pessimista quanto Lentz,

¹⁷ CHALHOUB, Sidney. Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

¹⁸ ARANHA, Graça. Canaã. São Paulo: Editora Martin Claret; 2009. pp37.

¹⁹ Idem, Ibidem.

Milkau não consegue ultrapassar as suas preocupações, ou seja, o horizonte racial, conforme afirma Jose Paulo Paes ao se debruçar sobre o livro *Canaã*.

As idéias de Milkau estão de acordo com o Monismo ao descrever uma evolução linear da civilização, ideologia a qual Graça Aranha se filiou desde sua época de acadêmico em Recife, ao afirmar que as “raças” civilizam-se pela fusão, distinguindo “raças civilizadas” e “raças selvagens” e o papel de uma para com a outra, leia-se, levar ao progresso, a civilização.

E ao tomar posição, em sua noção de progresso, Milkau demonstra como o saber serve a determinados propósitos, utilizando a história pra legitimar sua opinião de que a civilização muda de tempos em tempos e de grupos em grupos, não sendo privilégio de uma determinada “raça”.

Seu interlocutor Lentz em oposição ao exposto por Milkau, diz crer na impossibilidade do continente africano atingir a civilização, dando margem a resposta e complementação da crença de Milkau, de que todas as “raças” poderiam atingir a civilização, afirmando, “as raças civilizam-se pela fusão; é no encontro das raças adiantadas com as raças virgens, selvagens, que está o repouso conservador, o milagre do rejuvenescimento da civilização”²⁰. Seguindo em sua explanação demonstra a missão dos “superiores” em relação aos “inferiores”, “o papel dos povos superiores é o instintivo impulso do desdobramento da cultura, transfundindo de corpo a corpo o produto dessa fusão que, passada a treva da gestação, leva mais longe o capital acumulado das infinitas gerações”²¹.

Observamos no discurso de Milkau a possibilidade do progresso nas populações entendidas como inferiores, enquanto Lentz, acredita, assim como parte da elite brasileira na eugenia, na substituição da população, “o problema social para o progresso de uma região como o Brasil está na substituição de uma raça híbrida, como a dos mulatos, por europeus”²², o que vem de acordo com a política praticada no período para trazer europeus para o Brasil, em uma tentativa de branqueamento da população.

²⁰ Idem pp 38.

²¹ Idem pp 38.

²² Idem, pp38.

Por outro lado Milkau, também representando parte do discurso da elite, crê que “a substituição de uma raça não é remédio ao mal de qualquer civilização. Eu tenho para mim que o progresso se fará numa evolução constante e indefinida”²³, ou seja, a marcha do progresso é para todos, o que distingue os diferentes povos e o seu lugar nesta marcha, aí estando a diferença entre as etnias, ou raças, como o pensado na época, algumas já estariam em sua maturidade, enquanto outras estariam em sua infância, cabendo aos mais desenvolvidos, entende-se os europeus, guiar os demais atrasados no caminho da civilização. Civilização essa entendida como única, melhor afirmando, existe um modelo de civilização a ser seguido pelos demais.

Com isso podemos aproximar o discurso de Milkau ao dos evolucionistas sociais, como Morgan, Tylor e Frazer, antropólogos culturais ou etnólogos sociais. Neste pensamento o desenvolvimento humano era observado segundo uma perspectiva comparativa, “com isso almejavam captar o ritmo de crescimento sociocultural do homem e, mediante as similaridades apresentadas, formular esquemas de ampla aplicabilidade que explicassem o desenrolar comum da história humana”²⁴.

Estes pensadores do evolucionismo social pensavam em uma marcha única para o progresso, para a civilização, assim todos os grupos humanos tenderiam a passar por estágios únicos e obrigatórios para a evolução.

Pensando no discurso de Lentz, podemos identificar influência da escola determinista geográfica, com Ratzel e Buckle, como representantes. O meio em que determinado grupo se desenvolve determina a sua evolução, assim Lentz não crê na possibilidade da evolução no continente africano. O darwinismo social também está presente no pensamento do personagem Lentz, ao se referir a possibilidade de evolução no Brasil, o imigrante alemão desqualifica o mulato, desqualifica a mestiçagem. Este pessimismo em relação à mestiçagem advém da premissa do darwinismo social de que “as raças constituiriam fenômenos finais, resultados imutáveis, sendo todo cruzamento, por princípio entendido como um erro (...) mestiçagem como sinônimo de degeneração não só racial como social”²⁵

²³ Idem, pp 38.

²⁴ SCHWARCZ, Lilia Moritz. O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930; São Paulo: Companhia das Letras, 1993. pp. 57.

²⁵ Idem, pp. 58.

Conforme Jose Paulo Paes, debruçado sobre a obra *Canaã*, o personagem Lentz, mais radical em suas idéias, demonstra um completo desdém pelas ditas “raças inferiores” sobretudo os mestiços, idolatrando seus compatriotas teuto-arianos, sublinhando suas qualidades como ““tendência imperial, a fibra belicosa, a expansão universal, a tenacidade, o gênio militar, a disciplina””²⁶. Assim Lentz acredita na substituição da raça brasileira pela européia superior.

Por outro lado Milkau, mais contido, esboça “uma espécie de teoria do Brasil que tem como fundo de quadro permanente o horizonte racial, ou seja, a já referida indistinção entre cultura e raça que se prolongaria da Escola do Recife ao Modernismo paulista de 22-28, cujo ideário influenciou”²⁷, de maneira que Milkau representa mais os idéias defendidos por Graça Aranha como projeto para a nação, e a elite que ele representa.

ELITES E RACIALISMO

²⁶ PAES, Jose Paulo. *Canaã: o horizonte racial*. Estudos Avançados, vol 5, nº13, São Paulo, Sept./Dec. 1991, pp 163.

²⁷ Idem, pp 164.

Segundo Schwarcz, as elites nacionais, que já a partir dos anos 70 do século XIX se congregavam em diferentes institutos de pesquisa, demonstrando que não é possível pensar ideologicamente na elite brasileira, pois não formavam um grupo homogêneo. Contudo havia uma certa identidade que unia os intelectuais, entendendo que os intelectuais advinham das elites, pois a participação em espaços científicos legitimava suas posições e perspectivas para o país.

E para isto tomavam posse de ideologias importadas, a saber as teorias racialistas surgidas na Europa. O século XIX marcou uma diferenciação entre as etnias, pois já ao final do século XVIII existia um debate ainda não resolvido, mas que prevalecia uma tradição igualitária influenciada pela Revolução Francesa “que tendeu a considerar os diversos grupos como ‘povos’, ‘nações’ e jamais como raças diferentes em sua origem e conformação”²⁸.

Mas é no século XIX que o termo raça surge nos textos científicos, Georges Cuvier iniciava a idéia de que existiam heranças físicas permanentes nos diferentes grupos humanos, indo contra o pressuposto igualitarismo surgido nas revoluções burguesas, concentrando-se na idéia de raça.

É também neste século que surge o debate sobre o monogenismo e o poligenismo. O monogenismo, predominou até meados do século XIX, e conforme as escrituras bíblicas acreditava que a humanidade era uma, assim o “homem teria se originado de uma fonte comum, sendo os diferentes tipos humanos apenas um produto ‘da maior degeneração ou perfeição do Éden’”²⁹. Tal crença pressupunha um desenvolvimento semelhante, mais retardado para alguns povos, classificando a humanidade em graus de desenvolvimento, mas em um primeiro momento não acreditando em uma estrada única para tal desenvolvimento.

E a partir de meados do século XIX, a hipótese poligenista ganhava espaço devido ao desenvolvimento das ciências biológicas, e a contestação ao dogma monogenista da Igreja. Assim era plausível a “existência de vários centros de criação, que corresponderiam, por sua vez, às diferenças raciais observadas”³⁰. Esta doutrina

²⁸ SCHWARCZ, pp 47.

²⁹ SCHWARCZ, pp 48.

³⁰ Idem, Ibidem.

deu margem ao surgimento de diversos campos do conhecimento preocupados em justificar, de maneira pretensamente científica, o comportamento do ser humano, surgindo assim a frenologia, a antropometria, craniologia técnica, antropologia criminal, etc.

No campo da antropologia surgiram pensadores como Morgan, Tylor e Frazer, que avaliavam o desenvolvimento cultural com o método comparativo, entendendo o desenvolvimento humano como uma via única.

Na doutrina do determinismo geográfico, tendo como representantes Ratzel e Buckle, advogava que o desenvolvimento cultural era condicionado pelo meio. Enquanto que no determinismo racial a miscigenação era vista de forma pessimista, todo cruzamento, nesta doutrina, era considerado um erro.

Em 1883 o termo eugenia é cunhado por Francis Galton (eu: boa; genus: geração), “Galton buscava provar, a partir de um método estatístico e genealógico, que a capacidade humana era função da hereditariedade e não da educação”³¹. A doutrina da eugenia demonstra que este saber sobre as raças implicou em um ideal político, podendo até apontar para a eliminação de uma determinada raça. Tal implicação ecoou na cabeça de pensadores brasileiros, e influenciou muito a política de imigração européia para o Brasil.

Influenciando a elite recém surgida a partir de 1870, que buscava a partir das bases científicas de origem européia expostas acima, justificar seus ideais e legitimar o seu status de elite perante a conturbada readaptação do Brasil ao novo regime político, e as novas possibilidades surgidas com ele.

CONCLUSÕES

³¹ Idem, pp. 60.

Claro está que as doutrinas racialistas advindas da Europa em muito influenciaram as elites brasileiras no decorrer do século XIX e início do XX, porém seria muita inocência crer que no Brasil estas teorias foram simplesmente aceitas, sem questionamento, sem uma reflexão.

Assim como o conhecimento era utilizado para justificar uma posição de determinada porção da elite, assim como instituições eram palco para legitimação de uma elite regional. Tais doutrinas foram utilizadas, por se tratarem de conhecimento científico na época, para legitimarem políticas realizadas pela elite.

Os ideias racialistas pairavam pelas cabeças dos intelectuais brasileiros, e tentativa de demonstrar isto está presente neste trabalho, utilizando a obra *Canaã de Graça Aranha*, podemos observar em seu romance quase que uma análise sociológica reveladora do seu contexto, além de ser mais abrangente, não restrito aos meios acadêmicos.

Ao tratar da imigração alemã para Cachoeiro no Espírito Santo transparece muito do pensamento do período. Os brasileiros retratados no romance estão próximos ao caricato, seus costumes são rudes e sempre comparados a cultura alemã, retratada nos imigrantes de maneira mais sóbria, dando a impressão de superioridade destes, mesmo com o discurso por vezes apaziguador de Milkau.

O personagem principal, Milkau, mesmo tendo uma posição menos radical do que seu compatriota Lenz, ainda crê na superioridade de Europeus em relação aos demais, somente observa que os brasileiros estão em um estágio menos avançado da evolução, e que os europeus tem o fardo de levar a civilização a estes povos menos desenvolvidos. Estes povos tem a possibilidade de chegar a civilização, mas são atrasados na marcha para o progresso, demonstrando a posição do nicho intelectual da Faculdade de Direito do Recife, onde Graça Aranha se formou.

Progresso, palavra de ordem para o período em questão, visto a preocupação das novas elites surgidas a partir da década de 1870 em modernizar o país, a euforia do progresso é um fenômeno quase que global, que cai por terra após a Primeira Guerra Mundial.

O progresso, o avanço não é visto somente em relação a tecnologia, mas também em relação as “raças”, por isso a imigração européia forte no Brasil, visando o branqueamento da população, visando a eugenia, já que os caracteres físicos e comportamentais das raças eram tidos como imutáveis, cabia somente suprimir as “raças” mais desprovidas de virtudes para benefício da nação.

O viés étnico, conforme Jose Paulo Paes, costuma estar ligado há uma definição de um caráter nacional brasileiro, estas indicações transparecem na obra de Graça Aranha

“ora compondo o estereótipo do homem cordial — é o caso de Felicíssimo, o agrimensor, e de Joca, seu auxiliar, nos quais Milkau admira "a espontaneidade da raça, a coragem e a bondade" — ora sublinhando traços menos positivos, como o gosto da vadiagem, a luxúria de índole e a falta de aplicação ao trabalho, notados por Paulo Maciel ao contrastar a ordem, o asseio e o progresso da colônia alemã de Porto do Cachoeiro com o desleixo, o abandono, a tristeza das " terras cultivadas por brasileiros”³²

Demonstrando assim a função da literatura, já afirmada anteriormente, de tornar notório a um publico não só acadêmico dos idéias de determinada elite acerca dos rumos que a nação brasileira deve tomar para civilizar-se, nos moldes eurocêtricos vigentes de então. Assim o darwinismo social vulgarizou-se, nas formas mais extremas em teorias raciais, que vinham de encontro com os interesses do colonialismo europeu já vigente desde o século XIX.

Também é possível depreender, como já sublinhado no decorrer do trabalho, que o romance tem um papel de ampla divulgação dos idéias de uma determinada elite, por atingir um publico maior, um publico leigo, que não frequenta ou faz parte dos círculos intelectuais do Brasil em inícios do século XX.

BIBLIOGRAFIA

³² PAES, Jose Paulo, pp 175.

Página eletrônica da Academia Brasileira de Letras:

<http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=595&sid=340>

em

04/03/12.

ARANHA, Graça. Canaã. São Paulo: Editora Martin Claret; 2009.

Bíblia sagrada, Números 34; 1-2. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 1993.

CHALHOUB, Sidney. Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

PAES, Jose Paulo. Canaã: o horizonte racial. Estudos Avançados, vol 5, nº13, São Paulo, Sept./Dec. 1991.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930; São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. As barbas do Imperador. D. Pedro II um monarca nos trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SEVECENKO, Nicolau. O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. In.: SEVECENKO, Nicolau (org.) História da vida privada no Brasil, vol. 3, 1998.

TAMANO, Luana Tiekko Omena et al. O cientificismo das teorias raciais em O cortiço e Canaã. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.18, n.3, jul.-set. 2011, p.757-773.